



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2023**

EDITAL

O **Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)**, neste ato representado por JOAQUIM PARANHOS AMANCIO, seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a Ata de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2023 do tipo **MENOR PREÇO**, de conformidade com os preceitos contidos na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2023 aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, conforme autorização contida no Processo nº 431/2023.

Este Edital está disponível no site www.licitacoes-e.com.br, pelo nº **1026724**, ou poderá ser solicitado pelo endereço eletrônico joaquim.amancio@crmvmg.gov.br.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Início do acolhimento das propostas:	16.11.2023 – 9h
Término do acolhimento das propostas	29.11.2023 – 10h
Abertura das propostas:	29.11.2023 – 10h30min
Data e horário do Pregão:	29.11.2023 – 11h

Local: www.licitacoes-e.com.br, Acesso identificado no link – licitações.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

Caso não haja expediente nesta data, a sessão será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

Em razão do que dispõe o inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, esta licitação não será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, embora tenha o custo estimado dentro do limite previsto no inciso I da Lei Complementar 123/2006, haja vista a complexidade da contratação advinda da solução de tecnologia da informação objeto desta contratação, assim como da segurança dos dados que serão manipulados na mencionada auditoria, além do fato de que número significativo de empresas que prestam os serviços o objeto desta licitação não se enquadram nas características de microempresas e empresas de pequeno porte. Sendo, portanto, desvantajoso para a administração pública a aplicação da exclusividade, podendo, inclusive, representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. Cumprindo informar que a participação de microempresas e empresas de pequeno porte não está excluída, apenas não será concedida a exclusividade presente no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

1. DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

Através da Portaria do Presidente do CRMV-MG nº 08/2023 foi nomeado Pregoeiro o servidor Joaquim Paranhos Amancio e a seguinte Equipe de Apoio, também composta pelos servidores: Luana Martins Ribeiro Sousa e Tania dos Santos Teixeira Lima.

2. DO OBJETO.

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria de eleição a ser realizada via internet, incluindo-se a auditoria de procedimentos envolvidos na eleição eletrônica (via rede mundial de computadores) que envolverá a análise em códigos de aplicação; validação e teste dos algoritmos criptográficos e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; análise de funcionamento sistêmico (sigilo, efetividade de escolha); garantias ao eleitor de que o voto é secreto; garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido; testes de performance e stress de sistema, validação e testes do ambiente de produção e testes de intrusão na aplicação Web Eleitoral; e realização de prova de conceito de soluções propostas para sistema eleitoral eletrônico.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas no sitio licitações-e.com.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES NÃO PARTICIPANTES.

3.1- O órgão gerenciador da presente Ata é o identificado em seu preâmbulo.

3.2 – Figuram como órgãos participantes desta ata os a seguir listados

Órgãos	CNPJ
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia	40.514.168/0001-30
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso do Sul	03.981.172/0001-81
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí	07.083.538/0001-56

3.3 – Poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços todos os Órgãos integrantes do Sistema Conselho Federal/Conselho Regional de Medicina Veterinária.

4. VALIDADE DA ATA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

5.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **Internet**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico do Banco do Brasil S/A.

5.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro e sua equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, **www.licitacoes-e.com.br**, no campo "MENSAGENS", no link correspondente a este Edital.

6. RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO.

6.1 – A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa;

6.2 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da proposta e lances sucessivos, em nome da licitante, será de 5(cinco) minutos, exceto o tempo extra, **randômico**.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

7.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer interessados, cujos ramos de atividades guardem pertinência com o objeto da presente licitação e que estejam previamente credenciadas no Sistema de Licitações do Banco do Brasil - licitações-e.com.br

7.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico de pregão, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema de Licitações do Banco do Brasil, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3 - O uso da senha de acesso pela **LICITANTE** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu **REPRESENTANTE**, não cabendo ao provedor do sistema ou ao **CRMV-MG** responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4 - Não poderão participar deste Pregão:

7.4.1 - Empresas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

7.4.2 - Empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país;

7.4.3 - Empresas impedidas de licitar ou contratar com a **União** (Art. 14, III, da Lei nº 14.133/2021);

7.4.4 - Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.4.5 - Empresa, cooperativa ou instituições sem fins lucrativos cujos objetos sociais não sejam pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;

7.4.6 – Empresa que se encontre sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.4.7 – Empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor do **CRMV-MG**;

7.5 - É vedada, da mesma forma, a participação no certame de interessados (as) que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

7.5.1 - Estejam impedidas de participar de licitações nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

7.5.2 - Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos dos incisos IV e V do artigo 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

7.5.3 - Estejam proibidas de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público nos termos do artigo 81, § 3º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

7.5.4 - Tenham sido declaradas inidôneas na forma estipulada pelo artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

7.5.5 - Estejam proibidas de contratar com o Poder Público em função da aplicação do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 - Cabe à autoridade superior:

a - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

b - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

c - homologar o resultado da licitação;

8.2 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a - coordenar o processo licitatório;

b - receber, examinar, decidir sobre as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

c - conduzir a sessão pública na internet;

d - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

e - dirigir a etapa de lances;

f - verificar e julgar as condições de habilitação;

g - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

h - indicar o vencedor do certame;

i - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

j - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

k - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL SA.

8.3 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão designar, através de instrumento de mandato com firma reconhecida, operador, devidamente, credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br;

8.4 - A participação da licitante no pregão eletrônico se dará, exclusivamente, por meio de representante devidamente designado, o qual deverá manifestar, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

8.5 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de menor preço, por lote e lances sucessivos, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

8.6 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do CRMV-MG, ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A.;

8.7 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil e nem ao CRMV-MG, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

8.8 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na sua responsabilidade legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

8.9 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, observado, data e horário limite estabelecidos;

8.10 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

8.11 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo **Suporte Técnico do Banco do Brasil, fone 4004-0001**.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.12 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade;

8.13 - Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e percentual;

8.13.1 – A sessão de lances se dará por Lotes, de forma sucessiva.

8.14 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

8.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

8.16 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do percentual do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

8.17 Não Serão aceitos lances nulos ou negativos, assim considerados aqueles com valor igual ou inferior a 0;

8.17.1 - O Valor mínimo para redução dos lances será de R\$ 100,00 (cem reais);

8.17.2 - Tempo mínimo lances intermediários será de 5 segundos

8.17.3 - Tempo mínimo cobrir melhor oferta será de 5 segundos

8.17.4 – Os lances devem ser realizados em reais referente ao valor total da prestação de serviços ora em contratação, considerando duas casas decimais, sendo desclassificados aqueles que não observarem este valor. Como o sistema de controle de pregão não aceita a digitação de valores negativos, as propostas devem ser ofertadas na forma a seguir:

Exemplificação da forma de apresentação dos lances:

Propostas devem ser informadas por lote em valores monetários **expressos em reais**, com custo total da contratação considerando as informações de eleitorados de cada Regional participante e a possível existência de dois turnos, conforme exemplificação a seguir: (valores meramente ilustrativos):

Para o Lote 1 – Maior valor de proposta a ser lançada no sistema: R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais) equivalente a prestação de serviços para os 4 participantes do Certame considerando todos os Itens que compõe este lote – Termo de Referência deste Edital.

Lote 1

1º Lance = R\$ 48.500,00 (maior valor possível para o primeiro lance)

Do 2º lance em diante as reduções devem ser de no mínimo R\$ 100,00 (cem reais), ou de acordo com a conveniência do proponente.

Não poderão ser oferecidas propostas no sistema eletrônico, com valores iguais a zero (0,00). Propostas oferecidas nesta faixa serão desclassificadas, porque frustram a realização do certame.

Os proponentes devem ficar atentos ao sistema Licitações-e, pois, este sistema somente permite a correção de propostas até a data limite do Término do acolhimento das propostas, ou seja, 29.11.2023 –10 horas, assim caso a proposta não seja oferecida em conformidade com os exemplos acima terá **que ser desclassificada**.

8.18 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

8.19 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 min., a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica no sistema de Pregão eletrônico dentro do próprio site licitações-e.com.br divulgando data e hora da reabertura da sessão;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

8.20 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min., aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

8.20.1 Devido à imprevisão de tempo aleatoriamente determinado as licitantes deverão estimar o seu percentual mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

8.21 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital;

8.22 - O sistema informará a proposta de menor valor global, por item, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor percentual.

8.23 - Os documentos relativos à habilitação e solicitados neste Edital, deverão ser juntados apenas pelo proponente vencedor Inciso II do art. 63, da Lei 14.133/2021, juntamente com a proposta comercial reajustada em razão da Sessão de Lances, devendo ser remetida para o e-mail do pregoeiro (joaquim.amancio@crmvmg.gov.br), em até duas horas após finalizada a etapa de lances, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observados os prazos legais pertinentes;

8.24 - Posteriormente, os mesmos documentos da licitante vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta e a documentação**, para a Equipe de Pregão;

8.25 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará as sanções previstas no item 14 deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

8.26 - Se a proposta ou o lance de menor valor global não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração da proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido o menor preço;

8.27 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta e valor estimado para a contratação;

8.27.1 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado à autora da proposta ou lance da menor Preço Global;

9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO.

9.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo, como firmes e verdadeiras, suas propostas e lances;

9.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio, as ESPECIFICAÇÕES suficientes para a compreensão dos serviços ofertados, conforme especificação contida no Termo de Referência. A não inserção



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

de arquivos ou informações contendo as especificações dos serviços, neste campo, implicará na desclassificação da proposta, em face à ausência de informação suficiente para sua respectiva classificação;

9.3 - O objeto deverá estar dentro das especificações contidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

9.4 - A proposta final deverá ser realizada em valor equivalente aos custos totais de prestação de serviços discriminados no Lote 1, para a execução dos serviços estabelecidos no Anexo 1 – Termo de Referência deste Edital, para o gerenciador da Ata e para os participantes.

9.5 – A microempresa ou empresa de pequeno porte participante **NÃO PODERÁ UTILIZAR EM SUA PROPOSTA OS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME DO SIMPLES**, estando sujeita, em caso de contratação, à exclusão obrigatória deste regime a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos dos artigos 30, II e 31, II da Lei Complementar nº 123/2006. (Acórdão nº 2510/2012-TCU-Plenário)

10 . PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

10.1 - A licitante vencedora deverá enviar ao Pregoeiro a Proposta de Menor Preço, por lote, escrita, após a etapa de lances, em uma via, rubricada em todas as folhas sendo a última assinada pelo seu Representante legal citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a Razão Social, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número da agência e da conta bancária, no prazo estipulado no item 8.23, deste Edital;

10.2 - Na proposta escrita, deverá conter:

10.2.1 – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60(sessenta) dias.

10.2.2 - Especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, conforme descrito nos **ANEXOS I, II e III** deste Edital;

10.2.3 - Data e assinatura do representante legal da licitante;

10.3 - Correm por conta da licitante vencedora todas as despesas que se relacionarem com o objeto licitado, tais como: seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, sendo o seu recebimento atestado por servidor do CRMV-MG que anotar, na Nota Fiscal, o seu RG, assinando-a em carimbo próprio;

10.4 - Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor Preço, por lote;

10.5 - Será desclassificada a proposta que conflita com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;

10.6 - Será **rejeitada** a proposta que:

10.6.1 - Esteja incompleta, isto é, não contenha informação suficiente que permita a perfeita identificação do produto licitado;

10.6.2 - Contiver qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutável, por decisão do Pregoeiro.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento será adotado o critério do Menor Preço observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital e em seus anexos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

11.2 - Modo de disputa a ser utilizado neste **Certame será o aberto.**

11.2.1 - No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do **caput** do art. 56, da Lei 14.133/2021, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.2.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **caput**, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.2.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no **caput** e no §1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.2.4 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 11.2.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do menor preço, mediante justificativa.

11.3- O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor PREÇO POR LOTE, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor percentual de desconto;

11.4- Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

11.5- Para a avaliação final, caso a proposta seja oferecida com base em valor muito aquém ou além daqueles praticados pelo mercado, o pregoeiro analisará a situação financeira da empresa, com base no item **12.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, Este item somente será aplicável ao(s) proponente vencedor.

11.6- Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 8.26 e 8.27 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido o Melhor preço global;

11.7- No que tange a sessão pública, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12. HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

12.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1 – A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo do **ANEXO IV**;
- b) Declaração de que não emprega menores de idade, salvo em condição de aprendiz, conforme modelo do **ANEXO IV**;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- e) Documentos de eleição dos seus administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- f) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
- g) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

12.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS,
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
 - e.1) No caso das certidões emitidas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, poderão ser apresentadas de forma conjunta, nos termos do art. 2º do Decreto 5.512/05;
- f) Certidão de Débitos Trabalhistas emitida perante o Tribunal Superior do Trabalho;
- g) a proponente não poderá constar do Sistema de Inabilitados ou Inidôneos do Tribunal de Contas da União [Cadastro Nacional de Empresas Inabilitadas ou Inidôneas](#). Esta verificação será feita pela equipe de pregão, para a(s) licitante(s) vencedora(s). A licitante que constar do CEIS será desclassificada.

12.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, ou de Execução de Pessoa Física a, no máximo, 90(noventa) dias da data prevista para esta licitação.

12.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 - Apresentar, **um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove e demonstre a **execução satisfatória** de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, cuja abrangência tenha ocorrido em pelo menos um Estado da República Federativa Brasileira.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

12.4.2 - O(s) atestado(s) de capacidade técnica deve(m) ser emitido(s) em nome da proponente e seu CNPJ, em papel timbrado do emitente e com assinatura e identificação do emissor e telefone/e-mail para contato.

12.4.1.2 - A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos, produtos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

12.4.1.3 - Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.4.1.4 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

13.1 - **Não sendo apresentada impugnação/questionamento até 3 (três) dias úteis anteriores** à sessão de realização no Pregão (art. 164 da Lei 14.133/2021), **pressupõe-se que as informações fornecidas estão suficientemente claras e precisas para permitir a apresentação da proposta**, bem como total conhecimento do teor das Leis n.ºs 14.133/2021 e 10.520/02, não cabendo à licitante direito a qualquer reclamação posterior;

13.1.1 – As impugnações deverão ser protocolizadas no sistema de **Protocolo Eletrônico do CRMV-MG** que pode ser acessado pelo link: <https://crmvmg.1doc.com.br/Atendimento> escolhendo o Serviço de “Protocolo” e após o acesso ao Sistema o assunto: **“Impugnação ao Pregão Eletrônico nº 02/2023 - Serviços de Auditoria”**

13.1.2 – Para a apresentação da Impugnação o acesso ao sistema deve ser feito com **Certificado gov.br ou certificado digital eletrônico ICP.**

13.2 - Declarado o vencedor, será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes importará na decadência do direito de recorrer, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.4. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.5. A licitante que tiver manifestado sua intenção de interpor recurso deverá apresentá-lo de forma escrita no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.6. O Pregoeiro receberá o recurso, **COM EFEITO SUSPENSIVO**, com fundamento art. 168 da Lei 14.133/2021, verificando os pressupostos para sua admissibilidade, podendo, caso seja admitido, reconsiderar sua decisão. O acolhimento do recurso implicará na invalidação tão somente dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

13.7. A vista dos autos do processo do pregão, fica franqueada aos interessados no horário de 09h às 16h, mediante agendamento prévio, no Setor de Licitações do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais, na rua Platina nº 189, Bairro Prado, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

13.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade superior competente, a quem caberá julgar os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão.

13.9. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

13.10 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

13.11 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão os interessados pelo e-mail joaquim.amancio@crmvmg.gov.br, para a prestação de esclarecimentos;

13.13.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao pregão serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, para o endereço indicado no *caput* deste Item.

13.13.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.13.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema e vincularão os participantes e a administração.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1 A inexecução, total ou parcial, do objeto do presente contrato, poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multa de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contato, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato, em caso de inexecução total do contrato;

14.1.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União (letra "h" Item 12.2 deste Edital), descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2. As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

14.3. O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será retido do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do CRMV-MG. Em não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

havendo retenção de pagamento, será emitida Guia de Recolhimento para o respectivo pagamento, por parte da empresa.

14.5. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

14.6. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica deste Autarquia.

15 - FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. A licitante vencedora terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir do dia da convocação, para proceder à assinatura do Contrato.

15.1.1. Toda a documentação relacionada à contratação dos serviços deverá ser entregue na sede do CRMV-MG, na Rua Platina, nº 189, Bairro Prado – Belo Horizonte – MG, CEP 30.411-131, no horário entre 09h e 16h.

15.1.2. O Termo de Contrato será assinado eletronicamente em plataforma disponibilizada pelo CRMV-MG.

15.1.3. Será celebrado Contrato individualizado para cada participante da ATA de Registro de Preços.

15.2. O prazo mencionado no item 15.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado;

15.3. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Termo de Contrato celebrado entre os CRMV's e a licitante vencedora, cuja minuta constitui o ANEXO V deste Edital e observará os termos da Lei n.º 14.133/2023 e demais normas pertinentes.

15.4. A empresa vencedora obrigará-se-á, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos fornecidos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

15.5. Para efeito da assinatura do Contrato será exigida da vencedora a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

15.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.7. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior ou a recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

15.8. Caso ocorra a situação do item anterior, poderá o CRMV-MG convocar, sucessivamente e por ordem de classificação as demais empresas licitantes, para contratar com esta Administração, nos termos do § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.9. A licitante que aceitar a adjudicação estará sujeita as mesmas obrigações e penalidades decorrentes deste Edital.

15.10. As condições de habilitação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência do Contrato.

16 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - Os recursos orçamentários correrão por conta da Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.02.02.006.001 - Consultoria e Assessoria - Jurídica e Técnica – PJ.

17 - DAS PROIBIÇÕES.

17.1 - A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização do CRMV-MG.

17.2 – À CONTRATADA é expressamente vedada a distribuição/disponibilização dos dados dos eleitores a terceiros.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo CRMV-MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fatos supervenientes devidamente comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Pregoeiro poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

18.2 - A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e pelos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante, caso tenha sido a vencedora, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

18.3 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

18.4 - As licitantes convocadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

18.5 - O não atendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante do certame, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

18.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

18.7 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no DOU;

18.8 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

18.9 - A participação nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, ressalvado o direito recursal;

18.10 - O foro para dirimir qualquer questão decorrente deste Edital é da Justiça Federal de Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

18.11 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 9 às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no endereço do CRMV-MG, pelo e-mail joaquim.amancio@crmfmg.gov.br ou pelo fone 31-3311-4100;

18.12 - A documentação apresentada para fins de habilitação da licitante vencedora, fará parte dos autos da licitação e não será devolvida;

18.13 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;

18.14 - Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Termo de Confidencialidade
Anexo III	Prova Conceito
Anexo IV	Modelo de carta proposta;
Anexo V	Minuta do Contrato de Prestação de Serviços;
Anexo VI	Minuta da Ata de Registro de Preços.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2023.

Joaquim Paranhos Amancio
 Pregoeiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

ANEXO I

Termo de Referência

1. DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria de eleição a ser realizada via internet, incluindo-se a auditoria de procedimentos envolvidos na eleição eletrônica (via rede mundial de computadores) que envolverá a análise em códigos de aplicação; validação e teste dos algoritmos criptográficos e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; análise de funcionamento sistêmico (sigilo, efetividade de escolha); garantias ao eleitor de que o voto é secreto; garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido; testes de performance e stress de sistema, validação e testes do ambiente de produção e testes de intrusão na aplicação Web Eleitoral; e realização de prova de conceito de soluções propostas para sistema eleitoral eletrônico.

2. DA JUSTIFICATIVA.

2.1. As eleições do Sistema Conselhos Regionais de Medicina Veterinária ocorrem a cada três anos com a finalidade de eleger seus representantes para os mandatos de Conselheiros Regionais e seus respectivos Suplentes.

2.2. As eleições serão realizadas por meio eletrônico, via internet, nos termos das Resolução CFMV nº 1.298, de 1º de dezembro de 2019.

2.3. A votação pela internet no caso do CRMV-MG terá a duração de até 10 (dez) horas, iniciando as 12 horas do dia 4 de março até as 22 horas do mesmo dia 4 de março de 2023, conforme horário de Brasília.

2.3.1. Caso ocorra 2º turno a votação pela internet terá a duração de 10 (dez) horas, iniciando as 12 horas do dia 3 de abril até as 22 horas do mesmo dia 3 de abril de 2023, conforme horário de Brasília.

2.3.2. A votação pela internet no caso dos demais CRMV's terão a duração de 8 (oito) horas ininterruptas, e serão comunicadas ao Licitante vencedor **com sessenta dias de antecedência** da data a ser marcada para a realização do pleito eletrônico, observado o seguinte cronograma:

Órgão	Data prevista para o pleito eletrônico
CRMV-PI	Março de 2024
CRMV-BA	Outubro/2024
CRMV-MS	Novembro/2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

2.4 - O CRMV's tem entre suas finalidades legais o dever prover os meios que possibilitem a participação dos Médicos Veterinários e dos Zootecnistas, mediante a eleição de Chapa (Diretoria/Conselheiros Efetivos e Suplentes) por meio eletrônico, conforme Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV nº 1.298/2019.

2.4.1 A eleição poderá ser realizada em até dois turnos, conforme Resoluções nº 1.298/2019 do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV. Neste objetivo pretende disponibilizar solução de serviço WEB para recepção e totalização de votos, em ambiente seguro, com isenção e transparência em todos os trâmites.

2.5 - O projeto do processo eleitoral em meio eletrônico – WEB envolve um conjunto de módulos operacionais que devem estar integrados em uma solução de Tecnologia da Informação oferecendo:

2.5.1 - Informação aos agentes e usuários envolvidos no processo;

2.5.2 - Níveis de acesso ao processo;

2.5.3 - Controle digital dos dados (trafegados, integrados ou processados);

2.5.4 - Estatística de dados e processos realizados;

2.5.5 - Ferramenta gerencial dos processos adotados;

2.5.6 - Geração de relatórios estatísticos e gerenciais relativos a um processo Eleitoral;

3. DOS SERVIÇOS.

3.1. Auditoria de regras de negócio e procedimentos administrativos: Analisar e fiscalizar os procedimentos administrativos envolvidos na eleição assim compreendidos: geração de senhas, envio de senhas, tratamento de cadastros, verificação dos procedimentos eleitorais do voto eletrônico quanto ao atendimento ao edital e ao regimento eleitoral, quanto a cadastros de membros das comissões eleitorais, de chapas e de eleitores, instauração de representações (denúncia e pedido de impugnação), referente ao procedimento eletrônico; importação do colégio eleitoral; apuração do resultado eletrônico da eleição e dos votos computados; abertura e encerramento do pleito eletrônico.

3.1.1 Da execução dos serviços. – Os serviços devem ser executados para o órgão gerenciador da Ata e para os participantes, conforme informações a seguir:

Órgão	Data prevista para o pleito eletrônico	Nº estimado de eleitores
CRMV-MG	Março de 2024	20.561
CRMV-PI	Março de 2024	1.531
CRMV-BA	Outubro/2024	8.500
CRMV-MS	Novembro/2024	6.950

3.2. Auditoria Informática.

3.2.1. Busca de falhas em aplicação e que poderiam ser exploradas por atacantes danificando ou modificando o sistema e o resultado das eleições. Por ser um processo eleitoral que utilizará a rede de computadores como base de seu desenvolvimento e uma página Web como camada de apresentação, trabalhará fundamentalmente sob a camada 7 do modelo OSI, devendo ser realizado o processo de auditoria de segurança de aplicação por meio de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

testes específicos para aplicações Web, incluindo os testes do OWASP TOP10, requisitos do PCI-DSS, ISO27001, dentre outros.

3.2.2. Os serviços de Auditoria Informática devem contemplar:

a) Análise Funcional: realização de estudo geral da aplicação, adquirindo uma visão global das funcionalidades;

b) Análise Técnica: realização de estudo dos módulos que compõem a aplicação, determinando como eles se interagem (Ex. objetos distribuídos entre diferentes servidores, etc.) e destacando as entradas e saídas do sistema que podem ser visíveis desde a Internet;

c) Desenvolvimento de testes: preparação do cronograma de testes de aplicação e os tipos de testes que serão executados;

d) Aplicação de testes: realização de todo tipo de testes de sistemas, tomando nota do seu resultado e, em caso de se obter novas possíveis falhas, retorna-se para a fase de desenvolvimento de testes para tentar explorá-las, bem como realização de testes previstos na prova de conceito, conforme previsto no termo de referência do sistema automatizado para o processo eleitoral e seus anexos.

e) Criação de Ambiente de teste: a Contratada deverá realizar uma exaustiva revisão nas aplicações auditadas abrangendo os seguintes aspectos da segurança da informação:

1 - Validação de entradas: Injeção (*Injection*) de código malicioso; criação e alteração de comandos SQL; execução de comandos do sistema operacional; execução de comandos e observação de dados em diretórios não permitidos; utilização de byte null com a finalidade de alterar os parâmetros de uma *Universal Resource Locator - URL*, etc;

2 - Canonização de URL: Ataques que exploram a capacidade de armazenar caracteres com múltiplos bytes de codificação *Unicode* ou outras que permitem ocultar ações e ataques que utilizam diferentes possibilidades de codificação de *URL* que aceitam os servidores *web*;

3 - Manipulação de parâmetros: Ataques de modificação de dados enviados entre o cliente e a aplicação *web* no cabeçalho *HTTP* ou *HTTPS*, requisições de *URL*, campos de formulários e informações armazenadas pelo servidor *web* no navegador (*cookies*);

4 - Autenticação e Gestão de Sessões: Busca exaustiva de senhas. Ataques baseados na falsificação de credenciais reais ou evitando a sua necessidade mediante a exploração de dependências existentes no aplicativo ou por meio de ataques diretos ao aplicativo;

5 - Overflows (transbordamentos/sobrecargas): Ataques que permitem a execução de código malicioso no *Heap* (memória estática), na pilha do processo, etc;

6 - Fugas de Informação: Análise do código fonte para localizar comentários que possam ajudar os programadores a incrementar o processo de documentação; revisão para descobrir estruturas ou informação de depuração não eliminada; descoberta de mensagens e códigos de erro para obter informação de aplicações *web*, sistemas operacionais, bases de dados, etc;

7 - Criptografia: Ataques que exploram o uso de algoritmos criptográficos fracos e outros baseados na captura de dados cifrados e seu uso para ter acesso a senha cifrada ou ao texto plano;

8 - Assinatura Digital ICP-Brasil: Verificação de assinaturas digitais conforme as normas vigentes da ICP-Brasil;

9 - Configurações: Ataques que empregam contas de usuário ou do sistema criadas por padrão nas implementações, explorando vulnerabilidades de configurações deficientes ou a falta de atualização da aplicação *web*;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

10 - Validação e Teste do algoritmo criptográfico e função de *hash* (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais: Visando garantir o sigilo da senha do usuário, ou seja, constatar que nenhum agente envolvido com o processo de análise, desenvolvimento e interlocução do processo eletrônico, tais como programadores, analistas, técnicos, representantes do Contratante, poderão conhecer qualquer que seja a senha de votação utilizada por qualquer eleitor do sistema automatizado do processo eleitoral, deverão ser efetuadas verificação de padrões de programação segura, análises de componentes de transmissão e análises de guarda das informações.

3.3. Garantias de premissas do processo eleitoral

3.3.1. Garantias ao eleitor de que o voto eletrônico é secreto: O voto eletrônico é secreto e o sistema tem a obrigatoriedade de assegurar o sigilo e inviolabilidade do voto do eleitor. Na versão assinada digitalmente não pode existir a possibilidade de rastrear o voto dos eleitores, ou seja, não há como associar um voto a um eleitor, os trabalhos de auditoria devem garantir ao eleitor essa premissa.

3.3.2. Garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido: Serviços de análises com exaustão nos códigos fontes da aplicação assinada digitalmente à procura de falhas ou códigos maliciosos que pudessem modificar o resultado das eleições. Garantias de que não há nada nocivo que pudesse manipular o resultado das eleições, tanto nos códigos fontes auditados quanto no código binário assinado digitalmente. Certificação de recursos implementados pelo sistema que permita ao eleitor confirmar o registro de seu voto e de que seu voto integra o total de votos computados.

3.4. Testes de performance e *stress* de sistema

3.4.1. Utilizando ferramentas profissionais o sistema deverá ser estressado a 125% (cento e vinte e cinco por cento) de sua capacidade nominal de eleitores realizando duas simulações do processo eleitoral. Uma simulação da aplicação será em bancada de testes e outra simulação da aplicação em ambiente de produção utilizando a internet.

3.4.2. Requisitos para execução dos testes:

- 1 - A empresa que desenvolver a aplicação Web Eleitoral fornecerá os dados necessários para os testes de *stress* do sistema;
- 2 - As aplicações ou licenciamentos necessários execução dos testes não serão fornecidos ou de propriedades do contratante;
- 3 - Os testes deverão ser efetuados tanto no ambiente de homologação quanto no ambiente de produção, cujos horários para execução serão acordados entre as empresas de desenvolvimento da solução web e de auditoria.

3.5. Validação e testes do ambiente de produção do ponto de vista da segurança e confiabilidade

3.6.1. A Contratada deverá verificar:

- 1 - Validação de arquitetura de redes;
- 2 - Verificação de *hardenização* (aplicação de procedimentos de segurança) de servidores de aplicação;
- 3 - Verificação de *hardenização* de servidores de banco de dados;
- 4 - Verificação de sistemas de balanceamento de carga (*Load balance*);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 5 - Verificação de Firewall de Alta disponibilidade (*High Availability – HA*);
- 6 - Teste de intrusão e verificação de resposta a incidentes;
- 7 - Teste de energia elétrica (*Nobreak* e geradores de energia);
- 8 - Testes de outros itens que de alguma forma provoquem impacto no ambiente em produção.

3.6. Comprovação de códigos

3.6.1. Após o término do processo eleitoral, as máquinas serão auditadas para conferência e verificação dos códigos e assinaturas anteriormente identificados, com o fito de comprovar que não houve qualquer variação/modificação daquilo que fora verificado na véspera do processo eleitoral (antes da realização das eleições).

3.7. Regulamento Eleitoral do Sistema Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

3.7.1. A Auditoria do Sistema Eletrônico Computacional de Eleições em ambiente Web a ser contratado deverá observar o Regulamento das Eleições do Sistema CFMV/Conselhos Regionais de Medicina Veterinária disponível no site www.cfmv.gov.br, a saber:

- 1) Código Eleitoral aprovado pela Resolução CFMV nº. 1.298/2019;
- 2) Edital das Eleições do CRMV-MG, que vier a ser publicado para o Pleito que disporá sobre a fixação da data de realização das eleições visando à composição do Plenário do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais referente ao mandato do triênio 2024/2027;
- 2.1) Edital das Eleições dos demais participantes desta Ata de Registro (CRMV-BA, CRMV-PI, CRMV-MS), que vier a ser publicado para os respectivos pleitos que disporá sobre a fixação da data de realização das eleições visando à composição dos Plenários dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais referente ao mandato do em processos de seleção eletrônica;
- 4) Outras normas aplicáveis ao Processo Eleitoral do Sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

3.8. Prova de conceito do sistema automatizado do processo eleitoral.

3.9.1. A auditoria realizará as análises necessárias durante a prova de conceito, conforme estipulado no Anexo III deste termo de referência, e emitirá parecer a respeito da capacidade da licitante do sistema automatizado do processo eleitoral.

3.9.2. Nesta contratação está inclusa a realização de prova de conceito de até três proponentes de sistema.

3.9.2.1. A prova de conceito somente será aplicada ao 2º e ao 3º proponente, caso os anteriores não apresentem soluções de voto eletrônico adequadas, nos termos do Edital do Pregão 04/2023, que tratou da seleção de proponentes para solução de voto eletrônico.

3.9.3. A licitante deverá discriminar o valor unitário, em separado, do serviço de aferição de cada prova excedente, o qual sofrerá, em seu valor desconto idêntico obtido para o objeto deste termo de referência durante a fase de lances do pregão.

4. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

4.1. A Contratada, por meio de seu executor técnico devidamente nomeado e identificado, promoverá:

4.1.1. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas preventivas ou corretivas dos trabalhos, em relatórios formais, nos quais deverão ser apontadas as conformidades e as não conformidades. Esses relatórios deverão ser apresentados em reunião virtual com a Comissão Eleitoral dos respectivos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária participantes desta Ata de Registro de Preços cujo conteúdo será lavrado em ata;

4.1.2. A conformidade de todo o ambiente implantado e do sistema deverá observar as exigências previstas e detalhes do objeto do desenvolvimento, bem como estar em consonância com o contrato estabelecido com a pessoa jurídica que executar esse processo;

4.1.3. A Contratada deverá realizar varreduras nos roteadores e demais equipamentos que compõem o sistema, identificando e relatando possíveis vulnerabilidades encontradas. Os CRMV's participantes da Contratação efetuarão análise crítica dos relatórios produzidos por todos os procedimentos executados pela Contratada, ratificando ou não eventuais não conformidades apontadas e aprovando a aplicação das medidas preventivas ou corretivas identificadas como relevantes;

4.1.4. Para cada uma das vulnerabilidades apontadas nos relatórios, a Contratada deverá descrever a falha encontrada, indicar a(s) possível(eis) solução(ões) e o(s) responsável(eis) pela sua implantação. No caso de ainda inexistir uma solução específica, a Contratada deverá indicar qual ação deverá ser tomada para que, de forma paliativa, o problema seja contornado até que esteja disponível uma solução definitiva. Caberá ao CRMV contratante decidir pela implementação ou não, de qualquer sugestão apresentada nos relatórios, assumindo a responsabilidade por problemas, que porventura vierem a ser causados nos equipamentos e serviços da rede, em função de ter optado por não acatar determinada recomendação da auditoria;

4.1.5. Emissão de pareceres circunstanciados, discriminando a execução e a aferição dos trabalhos executados em suas diversas fases e sempre que requerido pelo CRMV contratante;

4.1.6. A Contratada deverá implementar solução de monitoramento de "hash" de arquivos e binários (verificação de hash) ou técnica compatível, no ambiente operacional do sistema automatizado para o processo eleitoral, de forma a garantir que, durante o processo eleitoral, nenhum arquivo de sistema ou binário de execução seja modificado, garantindo a autenticidade e a inviolabilidade do ambiente de hospedagem do sistema eleitoral Web.

5. DOS PRAZOS

5.1. A Contratada deverá iniciar o levantamento das informações e análise das documentações disponíveis para conhecimento do projeto em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da data de assinatura e/ou publicação do contrato no Diário Oficial da União.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

6.1. A licitante deverá apresentar os seguintes atestados de capacidade técnica, em conjunto ou unitário, como comprovação e demonstração de execução de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- a) Experiência em análise de segurança em códigos-fonte de sistemas;
- b) Experiência em auditoria de procedimentos administrativos relacionados com a eleição;
- c) Execução mínima de 1 processo de auditoria contemplando análise de segurança em códigos-fonte de sistemas, em plataforma web, incluindo validação e testes em ambiente de produção. Deve ser evidenciado que o sistema auditado tenha requerido duas garantias para determinado caso de uso: de sigilo e de unicidade de registro.
- d) Experiência em testes de intrusão;
- e) Execução de serviços de monitoramento de processo eleitoral, utilizando-se hash ou outra técnica compatível.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS.

7.1. As propostas de preços deverão ser digitadas e impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, nem quaisquer prejuízos à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

7.2. Deverão constar:

Especificação do serviço;

7.2.1 - Nome, número do CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, telefone e fax da empresa proponente;

7.2.2 - Nome, número do CPF e cargo do representante legal da empresa;

7.2.3 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

4 - Dados bancários da empresa, com o número de conta corrente e agência.

7.3. Apresentação de preço total para execução do serviço, sendo que para aferição da prova de conceito excedente, deve ser discriminado seu valor unitário em separado.

7.3.1 – Considera-se como prova de conceito excedente, a partir da terceira prova realizada, considerando-se a desclassificação de eventual proponente do sistema de eleição eletrônica.

7.3.2 – Não se considera excedente a eventual repetição da prova em virtude de eventual readequação de funcionalidade do sistema de votação eletrônica, por eventual vício sanável, assim entendido pela equipe de auditoria.

7.3.3. Para um mesmo sistema somente se admitirá uma única repetição de prova conceito, se verificado pela auditoria se tratar de vício sanável.

7.4. Nos preços propostos deverão estar incluídos os tributos, encargos, percentual de taxa de administração que deverá incidir sobre todos os produtos ou serviços fornecidos, incluindo todos os impostos ou taxas que o compõe.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Edital da Licitação, do Termo de Referência e seus anexos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 8.1.2.** Prestar os serviços com qualidade, eficiência, presteza, sigilo, ética e pontualidade, em conformidade com os termos do Termo de Referência e do Edital e com o que for declarado na proposta vencedora que exceda e não prejudique o que for especificado no edital;
- 8.1.3.** Executar as cláusulas contratuais do Contrato, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, garantindo a conformidade dos serviços com o objeto do Edital de Licitação, prestando as informações cabíveis quando forem constatadas não conformidades com as respectivas cláusulas;
- 8.1.4.** Identificar e anotar em formulários apropriados as não conformidades existentes na execução das cláusulas do Contrato, as falhas ou defeitos ocorridos durante a prestação dos serviços, as providências e soluções adotadas, informando por escrito ao gestor do contrato;
- 8.1.5.** Garantir o pleno cumprimento do Contrato, praticando as melhores técnicas administrativas e operacionais na execução dos serviços, adotando e implementando as orientações fornecidas pela fiscalização do Contratante;
- 8.1.6.** Elaborar cronograma de trabalho, em comum acordo com o Contratante, fixando os dias e horários para a execução dos serviços;
- 8.1.7.** Emitir mensalmente ao Contratante, relatório impresso e em meio magnético contendo a quantidade de horas e serviços executados/entregues, bem como as providências a serem tomadas, caso necessário informando também, no mínimo, data e hora de início e fim do atendimento, solicitação, solução dada, tipo de atendimento, horas gastas, pessoas envolvidas, etc;
- 8.1.8.** Entregar os serviços ao Contratante em total acordo com as cláusulas contratuais, com os respectivos documentos legais, nos quais fique descrito o que foi executado, os quantitativos fornecidos, a qualidade e as respectivas características técnicas relevantes;
- 8.1.9.** Realizar todos os testes, provas ou inspeções requeridas pela Fiscalização do Contratante que possibilitem verificar a qualidade, a confiabilidade, a solidez, a garantia, a segurança e as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;
- 8.1.10.** Responsabilizar-se pela total aplicação de testes de segurança, confiabilidade e efetividade do sistema de votos eletrônicos, coibindo tentativas de fraude e quaisquer danos ao Contratante;
- 8.1.11.** Responsabilizar-se pelo sigilo das informações e dados repassados pelo Contratante por força do objeto deste Edital;
- 8.1.11.1.** É vedada a utilização dos dados para fins diferentes do expressamente descrito no Edital, no Termo de Referência e seus anexos, bem como sua comercialização;
- 8.1.11.2.** Somente permitir a divulgação dos dados cadastrados no Sistema para qualquer terceiro pela Contratada, mediante a prévia autorização do Contratante, por força da lei ou em caso de determinação judicial, hipótese em que a Contratada deverá informar o Contratante de imediato;
- 8.1.11.3.** Não divulgar, revelar, ceder a qualquer título, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa física ou jurídica dados do Sistema produzidos pelo Contratante;
- 8.1.11.4.** Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judicial, incluindo-se as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação dos dados do Sistema por seus agentes, funcionários, consultores e representantes, ou ainda, por terceiros, que obtiveram as informações e materiais por seu intermédio;
- 8.1.11.5.** Manter procedimentos administrativos adequados à preservação de quaisquer materiais ou dados que tenha acesso em virtude dos serviços contratados, evitando extravio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

ou perda de informações, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza;

8.1.12. Informar imediatamente ao Contratante, quando da observância da tentativa de fraudes e/ou quebra de sigilo de informações do Sistema, por meio de relatórios;

8.1.13. Executar tarefas e auxiliar a equipe de projeto do Contratante, na plataforma tecnológica a ser contratada e objeto dos serviços de auditoria, através do esclarecimento de dúvidas, orientações e fornecimento de informações;

8.1.14. Apresentar as notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes preenchidos com informações identificadoras dos serviços prestados e o montante para pagamento no prazo contratado, após aceitação dos serviços fornecidos à equipe técnica do Contratante;

8.1.15. Acatar a notificação emitida pelo Contratante quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais firmadas, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas, quanto a responsabilidade por descumprimento do Contrato e respectivas penalidades;

8.1.16. Esclarecer por escrito os fatos apontados como motivadores da notificação, suas causas, suas consequências e as implicações legais, ao gestor do contrato do Contratante que acatará ou não as justificativas apresentadas;

8.1.17. Providenciar, no mais breve espaço de tempo, a regularização das cláusulas contratuais não cumpridas, das solicitações de garantia, reparo, assistência técnica ou substituição, anteriormente notificadas;

8.1.18. Refazer os serviços, sem ônus ao Contratante tantas vezes quantas necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço descrito no Edital de Licitação ou em desacordo com as orientações apresentadas pela Fiscalização do Contratante;

8.1.19. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por imperícia, ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo também pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na prestação dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que forem constatados, independentemente do controle e da fiscalização exercidos pelo Licitante;

8.1.20. Apresentar, independente de solicitação formal do Contratante, os documentos próprios que comprovem as respectivas regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas, assim como, a qualificação da respectiva equipe técnica, no ato da assinatura do Contrato ou quando solicitado pelo gestor do Contrato;

8.1.21. Manter todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, que ensejaram a sua contratação, devidamente atualizadas, durante toda a vigência do Contrato, sem ônus para o Contratante;

8.1.22. Manter equipe adequada e qualificada durante todo o processo de prestação de serviços;

8.1.23. Informar por escrito os nomes dos técnicos que representarão a Licitante nas instalações do Contratante na vigência do Contrato, informando nome, número de telefone e e-mail do responsável pelos serviços, a fim de atender as solicitações do Contratante, devendo o responsável indicado reunir-se mensalmente, durante a vigência do contrato, em data estipulada pelo Contratante ou quando solicitado em caráter emergencial;

8.1.24. Prover mão-de-obra qualificada para a prestação dos serviços, conforme determina a legislação trabalhista vigente, atendendo aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 8.1.25.** Informar por escrito ao Contratante, com antecedência de 10 (dez) dias, qualquer mudança que ocorra com a equipe alocada, devendo todo profissional substituto atender aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência;
- 8.1.26.** Cumprir os prazos estabelecidos no Edital, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo Contratante;
- 8.1.27.** Reproduzir quaisquer manuais e demais documentos técnicos e informativos escritos que descrevam os serviços prestados e disponibilizá-los ao Contratante;
- 8.1.28.** Apresentar nota fiscal, licenciamento ou documento equivalente sobre todos os produtos e serviços utilizados para a execução do objeto desse Termo de Referência que confirmam ao Licitante o seu direito de uso;
- 8.1.29.** Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salários, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;
- 8.1.30.** Assumir todos os gastos e despesas que fizer para o adimplemento das obrigações decorrentes do Contrato;
- 8.1.31.** Responder por perdas e danos que venham a ser causados ao Contratante e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa dos seus técnicos ou seu preposto, quando ocorrida nas suas dependências, reparando ou indenizando os prejuízos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 8.1.32.** Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente;
- 8.1.33.** Manter um preposto capacitado e aceito pelo Contratante para gerenciar, supervisionar, representá-la técnica e administrativamente ou fornecer informações sobre os serviços, sempre que necessário de forma permanente, durante todo o período de vigência do contrato;
- 8.1.34.** Não atribuir ao Contratante qualquer ônus ou responsabilidade, quer pela via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do presente Contrato;
- 8.1.35.** Manter todos os dados a que tenha acesso em virtude desta contratação de forma segura, com acesso limitado, e somente os consultores, empregados ou agentes da Contratada que necessitarem de tais dados poderão acessá-las, sendo certo que os mesmos deverão concordar em se submeter aos requisitos e obrigações do presente Termo;
- 8.1.36.** Não discutir perante terceiros, divulgar, revelar, ceder a qualquer título, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica dados do Sistema produzidos pelo Contratante e os Conselhos Regionais participantes desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.37 -** responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços de impressão, incluindo a montagem e a entrega, tais como:
- a) salários;
 - b) seguros de acidentes;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vale-refeição;
 - f) vale-transporte; e
 - g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 8.1.38 -**manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 8.1.39 -**manter, ainda, os seus empregados devidamente identificados por crachá quando em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

trabalho, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

8.1.40 -manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão nº 03/2023 em compatibilidade com as obrigações assumidas. durante toda a execução do Contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

9.1.1. Fazer cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Edital de Licitação e seus anexos;

9.1.2. Administrar, coordenar, orientar, definir e fiscalizar a execução do contrato, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, verificando a conformidade dos serviços prestados com o objeto do Edital de Licitação, anotando em registros próprios as atividades que devem ser corrigidas, sanadas, respondidas, complementadas ou refeitas;

9.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado pelo Contratante, nos termos do art. 171 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.4. Garantir o pleno cumprimento do contrato, orientando e definindo as atividades pertinentes e necessárias que devem ser realizadas pela Licitante vencedora;

9.1.5. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

9.1.6. Comunicar à Contratadas quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);

9.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a Contratada executar fora das especificações fornecidas;

9.1.8. Orientar a Licitante vencedora indicando a norma e/ou a legislação técnica aplicável, as normas de conduta praticadas internamente, dirimindo eventuais dúvidas na prestação dos serviços, por intermédio de parecer técnico específico expedido, garantindo o pleno cumprimento deste contrato;

9.1.9. Zelar pelo cumprimento dos padrões definidos entre as partes, determinando à proponente o refazimento dos serviços, tantas vezes quanto necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço contratado;

9.1.10. Receber os serviços prestados pela Licitante vencedora, os respectivos documentos legais e descritivos, identificando a quantidade, a qualidade e as não-conformidades destes com o Edital de Licitação, registrando essas informações em documento apropriado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

9.1.11. Fiscalizar, realizar testes, inspeções, perícias ou os meios necessários que permitam verificar a qualidade, a confiabilidade, a garantia, a segurança e a fidedignidade dos serviços adquiridos com as exigências e as especificações constantes no Edital de Licitação;

9.1.12. Atestar o recebimento dos serviços adquiridos mediante o aceite formal, encaminhando as notas fiscais/faturas para pagamento no prazo contratado, desde que os serviços atendam os requisitos do Edital de Licitação, conforme aprovação da Fiscalização do Contratante;

9.1.13. Informar à Licitante vencedora o aceite dos serviços adquiridos ou a sua recusa, por escrito, descrevendo os fatos que motivaram a decisão do Gestor do Contrato e as providências a serem tomadas sem ônus para o Contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

9.1.14. Notificar a Licitante vencedora quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais por ela firmadas com o Contratante, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas prontamente por ela, quanto à responsabilidade por descumprimento do Contrato e respectivas penalidades, quanto a irregularidades constatadas na prestação dos serviços;

9.1.15. Avaliar os relatórios de entrega, total ou parcial, dos serviços prestados, emitidos pela Licitante vencedora ou, quando houver, os relatórios técnicos que descrevam a implantação, a metodologia, as alterações, as técnicas adotadas, as adequações ou que levantem questionamento técnico, respondendo-os com aceite ou recusa e/ou naquilo que for pertinente;

9.1.16. Reter o pagamento do Contrato, no todo ou em parte, pelo tempo necessário às devidas correções, caso a Licitante não cumpra com qualquer das cláusulas contratuais firmadas ou não atenda as solicitações de garantia, reparo, complementação, assistência técnica ou de refazer, anteriormente notificadas;

9.1.17. Fiscalizar os documentos que comprovem as regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas da Contratada e a qualificação de sua equipe técnica, solicitando os originais quando julgar necessário;

9.1.18. Autorizar formalmente a entrada dos funcionários da Licitante vencedora, devidamente identificados, garantindo a execução plena do objeto do Contrato;

9.1.19. Providenciar as condições solicitadas pela Licitante vencedora garantindo os meios necessários à boa execução dos serviços, ao êxito dos treinamentos de mão de obra em técnicas específicas, quando contratados, e, conforme conveniência do Contratante, disponibilizar as instalações físicas ou os equipamentos de apoio quando requisitados e não previstos como obrigação daquela no Edital de Licitação;

9.1.20. Respeitar as prestações de serviços que sejam protegidas por legislação específica de autoria intelectual e/ou que sejam concedidos por licenças de uso, séries ou versões, como softwares e similares, utilizando-os nas condições estabelecidas em Contrato e mediante expressa autorização do autor;

9.1.21. Analisar os relatórios, em até 3 (três) dias úteis, após a entrega pela proponente, emitindo parecer informando acerca da aprovação ou reprovação dos serviços apresentados;

9.1.22. Efetuar o pagamento conforme especificado no Edital de Licitação;

10. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES.

10.1 Na execução dos serviços descritos neste Edital, a Contratada terá acesso a informações críticas do Contratante. Assim caberá à licitante vencedora:

- Assinar e cumprir o Termo de Confidencialidade, conforme modelo constante em Anexo A.
- Guardar sigilo das informações que receber durante a execução de sua função;
- Responsabilizar-se pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente ao Sistema do Contratante.

10.2. Caso se verifique a quebra de sigilo das informações disponibilizadas pelo Contratante, serão aplicadas à licitante vencedora as sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 no que couber.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

11.1. Os pagamentos referentes às execuções do objeto deste Termo de Referência, serão efetuados, por cada contratante, em 3 (três) parcelas da seguinte forma:

1 – A primeira parcela, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato, após trinta dias da assinatura do contrato e emitido o primeiro relatório técnico referente a homologação do Sistema de votação eletrônica, com dados de teste;

2 – A segunda parcela, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na homologação dos dados de produção, após a realização das eleições em 1º Turno;

3 – A terceira e última parcela, equivalente a 25% (vinte por cento) do valor do contrato, após o término do contrato com todas as etapas concluídas e a respectiva emissão de Parecer final sobre o procedimento de voto eletrônico.

Itens nº	Especificações	2ª quinzena ¹ jan/2024	1ª quinzena ¹ mar/2024	1ª quinzena ² ABR/2024
1	Homologação do Sistema de recepção de votos por meio eletrônico – WEB da eleição do CRMV-MG em ambiente. conforme termo de referência ¹ , com dados de teste dos eleitores	50%		
2	Homologação do Sistema de recepção de votos por meio eletrônico – WEB da eleição do CRMV-MG em ambiente. conforme termo de referência ¹ , com dados de produção dos eleitores		25%	25%

¹ - Sempre após homologação do sistema na fase de análise pela Auditoria Eleitoral

² - Somente se ocorrer 2º Turno. Caso não ocorra o percentual será pago ao término da fase anterior.

³ - Somente se ocorrer.

11.2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à Contratada ou inadimplência contratual.

11.3. O Contratante reserva-se o direito de recusar a realizar qualquer pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

11.4. O pagamento referente à realização de prova de conceito excedente aos três estabelecidos no item 3.7.2. deste Termo de Referência, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a apresentação do relatório e nota fiscal, atestada.

11.5. A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Atesto.

11.5.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

11.6. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

11.7. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

11.8. A Contratada fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação à realização efetiva de algum serviço, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

11.9. O Contratante não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12. FUNDAMENTO LEGAL E MODALIDADE LICITATÓRIA.

12.1. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

12.2. Pelo fato do objeto ter características comuns, uma vez que a caracterização dos produtos e serviços enseja definições objetivas com base em especificações de serviços de mercado, recomenda-se que seja adotada a modalidade pregão na forma eletrônica, pelo critério do Menor Preço.

13. DAS INFRAÇÕES.

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14. DAS SANÇÕES.

14.1. A Contratada se sujeita às penalidades previstas neste Item, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante.

14.2. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total do objeto, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de:
 - 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Sistema CFMV/CRMV's pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.3. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Contratante, a Contratada ficará isenta das penalidades supramencionadas.

14.4. A multa, citada acima, será recolhida diretamente ao Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da notificação; ou descontada dos pagamentos devidos.

14.5. Com fundamento Art. 14, III, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos, garantida a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a licitante e a adjudicatária que:

- a) não assinar contrato quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

h) cometer fraude fiscal.

14.6. As sanções de multa poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o Contratante e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

14.7. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei nº. 14.133/2021, observados os prazos ali fixados.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo de Referência correrão pelo Orçamento do Contratante no exercício de execução dos trabalhos, e serão alocados pelo Setor de Contabilidade do Contratante.

16 - DO CRONOGRAMA E DOS PRAZOS DA ELEIÇÃO.

16.1 - O CRMV-MG e a CONTRATADA seguirão o seguinte cronograma no Processo Eleitoral, podendo sofrer modificações a critério do CRMV-MG:

Data	Descrição
Novembro/2023	Seleção das Empresas de Auditoria e de Fornecimento do Sistema de Eleições WEB
Dezembro/2023	Publicação do Edital de Convocação da Eleição do CRMV-MG
Janeiro/2024 1ª Semana	Disponibilização da Solução de Voto Eletrônico Customizado para o CRMV-MG
Janeiro /2024 2ª Semana	Homologação pela Auditoria e/ou aplicação de eventuais Correções da Solução de Voto Eletrônico Customizado para o CRMV-MG
Janeiro/2024 – 1ª quinzena	Processamento do Banco de Dados de homologação à Empresa de Auditoria e a Empresa responsável pela Solução de Voto Eletrônico .
Janeiro/2024 – 2ª quinzena	Aplicação de eventuais Correções Solução de Voto Eletrônico com a base de testes
Fevereiro/2024 – 2ª semana	Recebimento e implantação do Banco de Dados à Empresa responsável pela Solução de Voto Eletrônico
Fevereiro/2024 – 3ª semana	Homologação do Banco de Dados de Produção pela Auditoria.
Fevereiro/2024 - 4ª semana	implantação de Banco de Dados Definitivo à CONTRATADA e envio das senhas de acesso ao sistema.
Março/2024 – 1ª semana	Realização do 1º (Primeiro) Turno da Eleição CRMV-MG
Março/2024 – 3ª Semana	Implantação de Banco de Dados Definitivo pela Empresa de Solução do Voto Eletrônico – caso ocorra 2º (segundo) Turno da Eleição.
Março/2024 – 4ª Semana	Homologação do Banco de Dados Definitivo pela Empresa de Auditoria – caso ocorra 2º (segundo) Turno da Eleição.
Abril/2021 – 1ª semana	Envio de Banco de Dados Definitivo para o 2º Turno à CONTRATADA
Abril/2021 – 1ª semana	Realização do 2º (Segundo) Turno da Eleição CRMV-MG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

16.2 – Os demais CRMV's participantes desta de Registro de Preços deverão com antecedência mínima de sessenta dias antes do Pleito eletrônico encaminhar à COPNTRATADA seus respectivos cronogramas do Processo Eleitoral.

17 – DO CRONOGRAMA E PRAZOS DA CONTRATADA.

17.1 - A CONTRATADA deverá seguir o cronograma estabelecido para o Processo Eleitoral:

17.1.1 - O CRMV-MG informará sobre a disponibilização da Aplicação Sistema Eleitoral WEB à AUDITORIA ELEITORAL para os devidos testes e verificações, conforme item nº "3 – Dos Serviços" e seus subitens e Item 4 – Da Fiscalização e seus subitens, quando aplicável:

17.1.1.2 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 10 (dez) dias corridos, emitirá Laudo Técnico, com pareceres sobre o Sistema Eleitoral apontando a eventual necessidade de correções, que serão repassadas a CONTRATADA (caso haja concordância pelo CRMV-MG da necessidade destas correções) ou mesmo invalidando o Sistema, a fim de que seja convocado o proponente imediatamente subsequente;

17.1.1.3 - Em caso de laudo com apontamentos de correções, e após as correções o CRMV – MG enviará a AUDITORIA ELEITORAL para nova verificação da exatidão destas correções;

17.1.1.4 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 5 (cinco) dias corridos da liberação pelo CRMV-MG, do Sistema Eleitoral WEB com as correções apontadas, emitirá Laudo Técnico atestando a exatidão e conformidade destas.

17.1.2 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 10 (dez) dias corridos da disponibilização do Sistema Eleitoral WEB pelo CRMV-MG, com o banco de dados de eleitores, emitirá Laudo Técnico, com pareceres sobre o Sistema Eleitoral, apontando a eventual necessidade de correções, que serão repassadas a CONTRATADA (caso haja concordância pelo CRMV-MG da necessidade destas correções);

17.1.2.1 - Em caso de laudo com apontamentos de correções, a CONTRATADA corrigirá o Sistema Eleitoral WEB em até 5 (cinco) dias corridos após ser cientificada destas correções, disponibilizando o Sistema Eleitoral WEB ao CRMV-MG, que informará a AUDITORIA ELEITORAL desta disponibilização, para verificação das correções;

17.1.2.2 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 5 (cinco) dias corridos da liberação, pelo CRMV-MG, do Sistema Eleitoral WEB com as correções apontadas, emitirá Laudo Técnico atestando a exatidão e conformidade destas e estando o Sistema Eleitoral WEB dentro das condições estabelecidas neste Edital, a Auditoria Eleitoral emitirá Laudo Conclusivo aprovando o Sistema Eleitoral WEB.

17.1.4 - De posse do Laudo Conclusivo da AUDITORIA ELEITORAL constando a aprovação do Sistema Eleitoral WEB, a Empresa fornecedora da Aplicação 'Sistema Eleitoral WEB', deverá, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, estar apta a receber o 1º (primeiro) envio de Banco de Dados do CRMV-MG.

17. PLANILHA DE DEFINIÇÃO DO VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO**Lote 1 -**

Nº do Item	Descrição do Item	Preço Total em R\$
01	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores	48.500,00
02	Prova de conceito excedente ¹	5.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

¹ O valor da prova excedente não comporá o valor da proposta estabelecido na sessão de pregão, por ser um serviço eventual e que não obrigatoriamente será contratado, contudo deverá ser razoável e manter pertinência com a contratação.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS.

18.1. Os serviços especificados neste Termo de Referência não excluem similares que porventura se façam necessários para a sua boa execução;

18.2. É proibida, por parte da Contratada, durante a vigência do contrato, a contratação de empregado pertencente ao quadro de colaboradores do Contratante;

18.3. A Contratada fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante;

18.4. O Contratante poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) Contratada(s).

18.5. O Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local dos serviços, e a ele destinados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

o **Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)**, CNPJ 16.539.173/0001-12, com sede na Rua Platina, 189 – Bairro Prado, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Presidente, Méd. Vet. Bruno Divino Rocha, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxx, a seguir denominado, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA terá acesso a: informações restritas do CONTRATANTE; informações pessoais controladas pelos CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de tratamento destas informações restritas e controladas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO.

O objeto deste TERMO estabelece condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao tratamento de informações restritas e controladas, disponibilizadas pelos CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda - DAS INFORMAÇÕES RESTRITAS E CONTROLADAS.

Serão consideradas informações restritas todas as informações do CONTRATANTE e que se relacionam aos processos de negócio, relativas ao processo eleitoral do CONTRANTE. Serão consideradas informações controladas todas as informações pessoais de quaisquer pessoas físicas que estejam relacionadas ao processo eleitoral do CONTRANTE. O TERMO abrangerá estas informações e toda informação que a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que lhe venha a ser confiada durante e em razão da execução do CONTRATO PRINCIPAL, tais como: informação escrita, impressa, verbal, em linguagem computacional em qualquer nível, de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, informações sobre as atividades do CONTRATANTE ou quaisquer informações relacionadas e resultantes ou não do CONTRATO PRINCIPAL, todas doravante denominadas INFORMAÇÕES.

Cláusula Terceira - DOS LIMITES DA RESTRIÇÃO.

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento do tratamento, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - sejam tratadas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens. Para tanto, as partes devem cumprir medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a referida ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA Quarta - DAS OBRIGAÇÕES.

A CONTRATADA determinará a observância deste TERMO a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a execução do contrato. Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a:

I - não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, as INFORMAÇÕES, mantendo-as em sigilo, exceto para o cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL;

II - A CONTRATADA se compromete a não permitir que qualquer empregado - em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional - preposto ou terceiro envolvido, direta ou indiretamente, na execução do CONTRATO PRINCIPAL, sob quaisquer alegações, faça uso das INFORMAÇÕES; e

III - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia de INFORMAÇÃO sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo, ora estabelecidas, que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço, doravante OPERADORES.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA assume total responsabilidade pela violação das regras de sigilo estabelecidas neste TERMO, sujeitando-se às sanções administrativas e civis, além das cominações legais.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve tomar as medidas cabíveis para garantir o sigilo das INFORMAÇÕES por parte dos OPERADORES que estejam diretamente envolvidos no cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL, devendo notificá-los da assinatura de TERMO DE CIÊNCIA deste documento.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deve tomar as medidas cabíveis para garantir que o tratamento das INFORMAÇÕES seja limitado exclusivamente à execução do CONTRATO PRINCIPAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, em qualquer território, para nenhuma finalidade que não seja exclusivamente a relacionada ao contrato;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, a divulgação ou a utilização das INFORMAÇÕES pelos OPERADORES, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às INFORMAÇÕES.

CLÁUSULA Quinta - DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES.

A CONTRATADA devolverá imediatamente ao CONTRATANTE, ao término do Contrato, todas as INFORMAÇÕES, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como dos OPERADORES, assumindo o compromisso de não utilizar nenhuma delas, conforme o presente TERMO.

CLÁUSULA Sexta - DA VIGÊNCIA.

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar a restrição de cada INFORMAÇÃO a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Único - As INFORMAÇÕES mantêm sua classificação como RESTRITA, enquanto não se evidenciarem os limites da restrição definidos neste TERMO.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES.

A quebra do sigilo de INFORMAÇÃO, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos por quaisquer dos envolvidos, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 155 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA Oitava - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitada formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá renovação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de termo aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Parágrafo Quarto - Os casos omissos neste TERMO, assim como as dúvidas surgidas em decorrência da sua execução, serão resolvidos pelo CRMV-MG.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Cláusula Nona - DO FORO.

As partes signatárias deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO de comum acordo, elegem o foro da Justiça Federal de Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para dirimir questões que porventura venham a surgir durante a vigência deste instrumento, renunciando, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas as partes assinam o presente Termo, diante das testemunhas abaixo, em 2(duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos. Belo Horizonte, xxx de xxxxxx de 2023.

Pela CONTRATADA.

Pelo CONTRATANTE:

Méd. Vet. **BRUNO DIVINO ROCHA**

Testemunhas:

CPF xxxxxxxxxxxx
Rua Platina, 189 – Bairro
BELO HORIZONTE – MG

CPF xxxxxxxxxxxx
Rua Platina, 189 – Bairro
BELO HORIZONTE - MG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023
ANEXO I-A
PROVA DE CONCEITO

1. OBJETIVO

1.1. A prova de conceito visa verificar se a licitante classificada demonstra sua capacidade de atendimento aos requisitos exigidos no edital, Termo de Referência e Anexos, devendo comprovar um conjunto de capacidades que serão descritas no roteiro a seguir.

1.2. O não comparecimento da licitante na data e horário agendado pelo pregoeiro implica a desqualificação para a continuidade no certame.

2. ROTEIRO.

2.1. Demonstração prática das funcionalidades previstas por meio de procedimento automatizado.

2.1.1. DESEMPENHO.

1 - Gerar um colégio eleitoral com dados fictícios de, no mínimo, 20.000 (vinte mil eleitores) em 5 horas. Deverão existir, no mínimo, duas chapas concorrentes, além da possibilidade do voto em branco e do voto nulo;

2 - Simular uma eleição completa com o colégio eleitoral acima descrito em até 2 (duas) horas ininterruptas, com concorrência mínima de 200 eleitores simultâneos;

3 - A simulação deverá:

a) demonstrar um voto por certificado digital;

a.1) assinar digitalmente todos os votos realizados conforme as normas vigentes da ICP-Brasil (vide DOC-ICP-15 em sua versão mais recente no ato da publicação do edital relativo a este Termo de Referência, publicado pelo ITI).

b) armazenar registro de log que apresentem todos os acessos do eleitor ao sistema, impossibilitando qualquer manipulação nem mesmo pelo usuário principal do sistema operacional (root e administrador). Essa ação visa garantir que nem mesmo o próprio administrador do sistema ou o usuário master "root" do sistema possa modificar os registros, logs e resultado do sistema, dando assim segurança ao sistema quanto qualquer tentativa de alteração de resultados.

c) Realizar cada transação (votação) de forma completa, incluindo: Identificação do Eleitor, Alteração de senha, Votação com a nova senha e Emissão de comprovante eleitoral, apresentando as telas de cada operação, simulando na íntegra o comportamento do eleitor;

d) Realizar o processo de verificação de integridade das assinaturas dos votos;

e) Apresentar relatório contendo o resultado;

f) Deverá haver, dentre os votos gerados, votos válidos, brancos e nulos para todas as chapas;

g) A solução deverá realizar os votos através das mesmas interfaces que serão disponibilizadas aos eleitores, ou seja, através de páginas web; e

h) Não será admitida a inserção de votos diretamente no banco de dados, via webservices ou outros meios que não sejam páginas web que possam ser apresentadas aos eleitores.

2.2. SEGURANÇA

2.2.1. Certificado

I - No início da sessão da prova de conceito, um par de chaves assimétricas - uma pública e uma privada - deverá ser gerado para uso pela aplicação submetida à prova. A chave privada deverá ser encriptada por uma senha secreta digitada pela auditoria. Em todos os locais que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

se façam necessários o seu uso, deverá ser requisitada a digitação desta senha, de forma a garantir a integridade dos votos registrados no sistema;

II - A solução deverá utilizar certificado de servidor (SSL) para criptografia da conexão com o servidor;

2.2.2. Integridade

I - Ao executar o login, a senha do eleitor não deve trafegar em texto claro entre o cliente e o servidor, independente do uso de criptografia no canal de acesso (SSL);

II - A escolha do eleitor (voto) não deve trafegar em texto claro entre o cliente e o servidor, independente do uso de criptografia no canal de acesso (SSL). Esse voto deve ser encriptado com a chave pública criada no início da sessão da prova de conceito e assinado digitalmente com cada chave privada única de cada eleitor, no cliente, garantindo assim, o sigilo desse voto; e

III - Os registros de log armazenados no sistema devem estar protegidos por mecanismos criptográficos que permitam verificar se algum deles foi alterado, removido ou inserido por outra via que não seja a do próprio sistema sob prova. Os registros de log deve apresentar todos os acessos do eleitor ao sistema, informando a data/hora do evento, o endereço IP de origem e o tipo de navegador utilizado;

IV - A solução deverá assinar digitalmente todos os votos realizados e todas as logs de sistema conforme as normas vigentes da ICP-Brasil (vide DOC-ICP-15 em sua versão mais recente no ato da publicação do edital relativo a este termo de referência, publicado pelo ITI) e deverá permitir a verificação de sua assinatura no verificador no sítio do ITI.

2.1.3. DISPONIBILIDADE.

1 - A solução deve conter pelo menos dois servidores web respondendo o mesmo endereço válido e público URL ou IP.

2.1.4. DA AFERIÇÃO.

1 - A solução deverá possuir interface de usuário (página web) que permita:

- a) Recuperar o cadastro de um determinado Eleitor, apresentando informações como número de identificação e nome do eleitor;
- b) Mecanismo que permita ao eleitor recuperar sua senha por meio de e-mail previamente cadastrado;
- c) Recuperar o comprovante do voto de um determinado eleitor.

2 - Gerar relatórios assinados digitalmente conforme as normas vigentes da ICP-Brasil para:

- a) Mostrar, por meio de relatório de zerézima, que a base de dados não possuía nenhum voto registrado antes do início da simulação da eleição;
- b) Mostrar que a base de dados possuía todos os votos registrados no final da simulação da eleição;
- c) Mostrar que a base de dados não possuía acesso aos votos de forma decriptada.

4 - Realizar a apuração do resultado obtido na prova de conceito de forma a:

- a) Apresentar o resultado da eleição para ser comparado à base de simulação;
- b) A apuração deverá ocorrer em equipamento separado, onde apenas a lista e votos encriptados deve ser obtida do sistema eleitoral;
- c) Apenas este equipamento de apuração poderá ter acesso a chave privativa do certificado digital fornecido antes do início da eleição;

A Licitante deve apresentar o projeto do sistema ou o modelo de dados do sistema ou qualquer outra informação que permita a verificação do sigilo e da unicidade de cada voto.

3.1.5. OBSERVAÇÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 1 - Todos os relatórios digitais e assinaturas digitais utilizados como comprovação dos resultados serão públicos de forma a garantir a transparência nos laudos aferidos;
- 2 - O sistema eleitoral utilizado para a prova de conceito, bem como programas-fontes não serão publicados de forma a proteger os direitos de propriedade intelectual dos participantes;
- 3 - Havendo discrepância entre os relatórios apresentados e os resultados esperados ou se encontrada alguma não conformidade em relação qualquer um dos requisitos exigidos acima, a licitante terá a proposta desclassificada;
- 4 - Todos os equipamentos necessários para a prova de conceito, inclusive acesso a internet, serão de responsabilidade da Contratada, não cabendo ao Contratante o fornecimento de qualquer desses recursos;
- 5 - Todos os programas necessários para a prova de conceito serão de responsabilidade da Contratada, não cabendo ao Contratante o fornecimento de nenhum programa;
- 6 - Não serão permitidas, após iniciada a prova de conceito, alteração de códigos, compilação, correção, update, reconfiguração de serviços, ativação de servidores e outros procedimentos que interfiram no desempenho do sistema submetido à prova. Caso esse fato seja constatado pela Auditoria, a licitante terá sua proposta desclassificada.
- 7 - O Contratante notificará em tempo hábil o Pregoeiro, para que indique um representante para acompanhar o roteiro da prova de conceito;
- 8 - Esta etapa é uma sessão pública e dar-se-á mediante o cumprimento dos demais itens do edital que trata deste termo de referência; e
- 9 - Se não aprovado, o contratante dará continuidade a convocação de outras empresas, com o objetivo de cumprir os requisitos do termo de referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023
Anexo IV
MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao
Pregoeiro do CRMV-MG
Prezado Senhor,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023–Carta-Proposta de Fornecimento.
Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

Razão Social:

CNPJ

Inscrição Estadual:

Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade e Estado)

Nome, nº e Órgão expedidor do documento de identidade, CPF, correio eletrônico e Cargo do Representante Legal que Assinará o Contrato:

Banco, Agência e nº da conta bancária para depósito do pagamento ou informar a opção para recebimento.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - A licitante declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

2.2 – Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do prego.

Lote 1 –

Nº do Item	Descrição do Item	Preço Total
01	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores (CRMV-MG)	
02	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores (CRMV-BA)	

Nº do Item	Descrição do Item	Preço Total
03	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores (CRMV-MS)	
04	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores (CRMV-PI)	
05	Prova de conceito excedente ¹ para qualquer dos participantes nesta Contratação	
	Total geral (soma dos itens 1 a 4)	

¹ O valor da prova excedente não comporá o valor da proposta estabelecido na sessão de prego, por ser um serviço eventual e que não obrigatoriamente será contratado, contudo deverá ser razoável e manter pertinência com a contratação.

3. DAS CONDIÇÕES DESTA PROPOSTA:

3.1 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, fretes, etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

4 - DAS DECLARAÇÕES.

4.1 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES. Declaramos que não possuímos, no Quadro de Pessoal, empregados menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos, em observância ao Inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133/2021.

4.1.1 - Se a empresa licitante possuir menores de 14(quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.

4.2 - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL - Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos os termos constantes no Edital do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

PE 03/2023, bem como temos condições de atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive, quanto a documentação que deverá ser apresentada para fins habilitação.

4.3 - DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.

declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL E DATA:

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EM APLICAÇÃO WEB ELEITORAL, REALIZADA ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023.

Aos xx() dia do mês de xxxxxx de 2023 (dois mil e vinte) o **Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)**, CNPJ 16.539.173/0001-12, com sede na Rua Platina, 189 – Bairro Prado, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Presidente, Méd. Vet. Bruno Divino Rocha, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxx, a seguir denominado CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxxx., CNPJ xxxxxxxxxxxx, Inscrição Estadual xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx em xxxxxxxx, neste ato representada pelo seu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as seguintes Cláusulas e Condições, a que mutuamente se obrigam:

7

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de auditoria de eleição a ser realizada via internet, incluindo-se a auditoria de procedimentos administrativos envolvidos na eleição e a auditoria informática que envolverá a análise em códigos de aplicação; validação e teste dos algoritmos criptográficos e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; análise de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

funcionamento sistêmico (sigilo, efetividade de escolha); garantias ao eleitor de que o voto é secreto; garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido; testes de performance e stress de sistema, validação e testes do ambiente de produção e testes de intrusão na aplicação Web Eleitoral; e realização de prova de conceito de soluções propostas de licitantes do sistema eleitoral eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS.

O preço do serviço, fixo e irrevogável, é o seguinte:

Nº do Item	Descrição do Item	Preço Total
01	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores para o CRMV-MG	
02	Prova de conceito excedente	

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO.

3.1. O valor total do presente Contrato importa em R\$ (..... reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO.

4.1. Os pagamentos referentes às execuções do objeto deste Termo de Referência, serão efetuados em 3 (três) parcelas da seguinte forma:

4.1.1 – A primeira parcela, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato, após trinta dias da assinatura do contrato e emitido o primeiro relatório técnico referente a homologação do Sistema de votação eletrônica, com dados de teste;

4.1.2 – A segunda parcela, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na homologação dos dados de produção, após a realização das eleições em 1º Turno;

4.1.3 – A terceira e última parcela, equivalente a 25% (vinte por cento) do valor do contrato, após o término do contrato com todas as etapas concluídas e a respectiva emissão de Parecer final sobre o procedimento de voto eletrônico.

4.2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à Contratada ou inadimplência contratual.

4.3. O Contratante reserva-se o direito de recusar a realizar qualquer pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

4.4. O pagamento referente à realização de prova de conceito excedente aos três estabelecidos no item 3.7.2. deste Termo de Referência, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a apresentação do relatório e nota fiscal, atestada.

4.5. A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Atesto.

4.5.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.6. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

4.7. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

4.8. A Contratada fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação à realização efetiva de algum serviço, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

4.9. O Contratante não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato.

4.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

4.11. Os recursos orçamentários correrão por conta da Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.02.02.006.001 - Consultoria e Assessoria - Jurídica e Técnica – PJ.

CLÁUSULA QUINTA - DO AMPARO LEGAL.

5.1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico nº 03/2023, realizado com fundamento na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2023, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

6.1. A execução deste Contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA E PRAZOS DA CONTRATADA.

7.1 - A CONTRATADA deverá observar nos aspectos que forem pertinentes aos seus serviços o cronograma estabelecido para o Processo Eleitoral:

Data	Descrição
Novembro/2023	Seleção das Empresas de Auditoria e de Fornecimento do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

	Sistema de Eleições WEB
Dezembro/2023	Publicação do Edital de Convocação da Eleição do CRMV-MG
Janeiro/2024 1ª Semana	Disponibilização da Solução de Voto Eletrônico Customizado para o CRMV-MG
Janeiro /2024 2ª Semana	Homologação pela Auditoria e/ou aplicação de eventuais Correções da Solução de Voto Eletrônico Customizado para o CRMV-MG
Janeiro/2024 – 1ª quinzena	Processamento do Banco de Dados de homologação à Empresa de Auditoria e a Empresa responsável pela Solução de Voto Eletrônico .
Janeiro/2024 – 2ª quinzena	Aplicação de eventuais Correções Solução de Voto Eletrônico com a base de testes
Fevereiro/2024 – 2ª semana	Recebimento e implantação do Banco de Dados à Empresa responsável pela Solução de Voto Eletrônico

Data	Descrição
Fevereiro/2024 – 3ª semana	Homologação do Banco de Dados de Produção pela Auditoria.
Fevereiro/2024 - 4ª semana	implantação de Banco de Dados Definitivo à CONTRATADA e envio das senhas de acesso ao sistema.
Março/2024 – 1ª semana	Realização do 1º (Primeiro) Turno da Eleição CRMV-MG
Março/2024 – 3ª Semana	Implantação de Banco de Dados Definitivo pela Empresa de Solução do Voto Eletrônico – caso ocorra 2º (segundo) Turno da Eleição.
Março/2024 – 4ª Semana	Homologação do Banco de Dados Definitivo pela Empresa de Auditoria – caso ocorra 2º (segundo) Turno da Eleição.
Abril/2021 – 1ª semana	Envio de Banco de Dados Definitivo para o 2º Turno à CONTRATADA
Abril/2021 – 1ª semana	Realização do 2º (Segundo) Turno da Eleição CRMV-MG

7.1.1 - O CRMV-MG informará sobre a disponibilização da Aplicação Sistema Eleitoral WEB à AUDITORIA ELEITORAL para os devidos testes e verificações, conforme item nº “3 – Dos Serviços” e seus subitens e Item 4 – Da Fiscalização e seus subitens, do Termo de Referência, quando aplicável:

7.1.1.2 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 10 (dez) dias corridos, emitirá Laudo Técnico, com pareceres sobre o Sistema Eleitoral apontando a eventual necessidade de correções, que serão repassadas a CONTRATADA (caso a CONTRATADA não apresente justificativas técnicas para sua implementação);

7.1.1.3 - Em caso de laudo com apontamentos de correções, e após as correções o CRMV – MG enviará a AUDITORIA ELEITORAL para nova verificação da exatidão destas correções;

7.1.1.4 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 5 (cinco) dias corridos da liberação pelo CRMV-MG, do Sistema Eleitoral WEB com as correções apontadas, emitirá Laudo Técnico atestando a exatidão e conformidade destas.

7.1.2 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 10 (dez) dias corridos da disponibilização do Sistema Eleitoral WEB pelo CRMV-MG, com o banco de dados de eleitores, emitirá Laudo Técnico, com pareceres sobre o Sistema Eleitoral, apontando a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

eventual necessidade de correções, que serão repassadas a CONTRATADA (caso haja concordância pelo CRMV-MG da necessidade destas correções);

7.1.2.1 - Em caso de laudo com apontamentos de correções, a CONTRATADA corrigirá o Sistema Eleitoral WEB em até 5 (cinco) dias corridos após ser cientificada destas correções, disponibilizando o Sistema Eleitoral WEB ao CRMV-MG, que informará a AUDITORIA ELEITORAL desta disponibilização, para verificação das correções;

7.1.2.2 - A AUDITORIA ELEITORAL, dentro de um prazo de até 5 (cinco) dias corridos da liberação, pelo CRMV-MG, do Sistema Eleitoral WEB com as correções apontadas, emitirá Laudo Técnico atestando a exatidão e conformidade destas e estando o Sistema Eleitoral WEB dentro das condições estabelecidas neste Edital, a Auditoria Eleitoral emitirá Laudo Conclusivo aprovando o Sistema Eleitoral WEB.

7.1.4 - De posse do Laudo Conclusivo da AUDITORIA ELEITORAL constando a aprovação do Sistema Eleitoral WEB, a Empresa fornecedora da Aplicação 'Sistema Eleitoral WEB', deverá, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, estar apta a receber o 1º (primeiro) envio de Banco de Dados do CRMV-MG.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

8.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

9.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Edital da Licitação, do Termo de Referência e seus anexos;

9.1.2. Prestar os serviços com qualidade, eficiência, presteza, sigilo, ética e pontualidade, em conformidade com os termos do Termo de Referência e do Edital e com o que for declarado na proposta vencedora que exceda e não prejudique o que for especificado no edital;

9.1.3. Executar as cláusulas contratuais do Contrato, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, garantindo a conformidade dos serviços com o objeto do Edital de Licitação, prestando as informações cabíveis quando forem constatadas não conformidades com as respectivas cláusulas;

9.1.4. Identificar e anotar em formulários apropriados as não conformidades existentes na execução das cláusulas do Contrato, as falhas ou defeitos ocorridos durante a prestação dos serviços, as providências e soluções adotadas, informando por escrito ao gestor do contrato;

9.1.5. Garantir o pleno cumprimento do Contrato, praticando as melhores técnicas administrativas e operacionais na execução dos serviços, adotando e implementando as orientações fornecidas pela fiscalização do Contratante;

9.1.6. Elaborar cronograma de trabalho, em comum acordo com o Contratante, fixando os dias e horários para a execução dos serviços;

9.1.7. Emitir mensalmente ao Contratante, relatório impresso e em meio magnético contendo a quantidade de horas e serviços executados/entregues, bem como as providências a serem tomadas, caso necessário informando também, no mínimo, data e hora de início e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

fim do atendimento, solicitação, solução dada, tipo de atendimento, horas gastas, pessoas envolvidas, etc;

9.1.9. Entregar os serviços ao Contratante em total acordo com as cláusulas contratuais, com os respectivos documentos legais, nos quais fique descrito o que foi executado, os quantitativos fornecidos, a qualidade e as respectivas características técnicas relevantes;

9.1.9. Realizar todos os testes, provas ou inspeções requeridas pela Fiscalização do Contratante que possibilitem verificar a qualidade, a confiabilidade, a solidez, a garantia, a segurança e as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

9.1.10. Responsabilizar-se pela total aplicação de testes de segurança, confiabilidade e efetividade do sistema de votos eletrônicos, coibindo tentativas de fraude e quaisquer danos ao Contratante;

9.1.11. Responsabilizar-se pelo sigilo das informações e dados repassados pelo Contratante por força do objeto deste Edital;

9.1.11.1. É vedada a utilização dos dados para fins diferentes do expressamente descrito no Edital, no Termo de Referência e seus anexos, bem como sua comercialização;

9.1.11.2. Somente permitir a divulgação dos dados cadastrados no Sistema para qualquer terceiro pela Contratada, mediante a prévia autorização do Contratante, por força da lei ou em caso de determinação judicial, hipótese em que a Contratada deverá informar o Contratante de imediato;

9.1.11.3. Não divulgar, revelar, ceder a qualquer título, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa física ou jurídica dados do Sistema produzidos pelo Contratante;

9.1.11.4. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judicial, incluindo-se as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação dos dados do Sistema por seus agentes, funcionários, consultores e representantes, ou ainda, por terceiros, que obtiveram as informações e materiais por seu intermédio;

9.1.11.5. Manter procedimentos administrativos adequados à preservação de quaisquer materiais ou dados que tenha acesso em virtude dos serviços contratados, evitando extravio ou perda de informações, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza;

9.1.12. Informar imediatamente ao Contratante, quando da observância da tentativa de fraudes e/ou quebra de sigilo de informações do Sistema, por meio de relatórios;

9.1.13. Executar tarefas e auxiliar a equipe de projeto do Contratante, na plataforma tecnológica a ser contratada e objeto dos serviços de auditoria, através do esclarecimento de dúvidas, orientações e fornecimento de informações;

9.1.14. Apresentar as notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes preenchidos com informações identificadoras dos serviços prestados e o montante para pagamento no prazo contratado, após aceitação dos serviços fornecidos à equipe técnica do Contratante;

9.1.15. Acatar a notificação emitida pelo Contratante quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais firmadas, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas, quanto a responsabilidade por descumprimento do Contrato e respectivas penalidades;

9.1.16. Esclarecer por escrito os fatos apontados como motivadores da notificação, suas causas, suas consequências e as implicações legais, ao gestor do contrato do Contratante que acatará ou não as justificativas apresentadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 9.1.17.** Providenciar, no mais breve espaço de tempo, a regularização das cláusulas contratuais não cumpridas, das solicitações de garantia, reparo, assistência técnica ou substituição, anteriormente notificadas;
- 9.1.18.** Refazer os serviços, sem ônus ao Contratante tantas vezes quantas necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço descrito no Edital de Licitação ou em desacordo com as orientações apresentadas pela Fiscalização do Contratante;
- 9.1.19.** Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por imperícia, ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo também pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na prestação dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que forem constatados, independentemente do controle e da fiscalização exercidos pelo Licitante;
- 9.1.20.** Apresentar, independente de solicitação formal do Contratante, os documentos próprios que comprovem as respectivas regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas, assim como, a qualificação da respectiva equipe técnica, no ato da assinatura do Contrato ou quando solicitado pelo gestor do Contrato;
- 9.1.21.** Manter todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, que ensejaram a sua contratação, devidamente atualizadas, durante toda a vigência do Contrato, sem ônus para o Contratante;
- 9.1.22.** Manter equipe adequada e qualificada durante todo o processo de prestação de serviços;
- 9.1.23.** Informar por escrito os nomes dos técnicos que representarão a Licitante nas instalações do Contratante na vigência do Contrato, informando nome, número de telefone e e-mail do responsável pelos serviços, a fim de atender as solicitações do Contratante, devendo o responsável indicado reunir-se mensalmente, durante a vigência do contrato, em data estipulada pelo Contratante ou quando solicitado em caráter emergencial;
- 9.1.24.** Prover mão-de-obra qualificada para a prestação dos serviços, conforme determina a legislação trabalhista vigente, atendendo aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência;
- 9.1.25.** Informar por escrito ao Contratante, com antecedência de 10 (dez) dias, qualquer mudança que ocorra com a equipe alocada, devendo todo profissional substituto atender aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência;
- 9.1.26.** Cumprir os prazos estabelecidos no Edital, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo Contratante;
- 9.1.27.** Reproduzir quaisquer manuais e demais documentos técnicos e informativos escritos que descrevam os serviços prestados e disponibilizá-los ao Contratante;
- 9.1.28.** Apresentar nota fiscal, licenciamento ou documento equivalente sobre todos os produtos e serviços utilizados para a execução do objeto desse Termo de Referência que confirmam ao Licitante o seu direito de uso;
- 9.1.29.** Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salários, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;
- 9.1.30.** Assumir todos os gastos e despesas que fizer para o adimplemento das obrigações decorrentes do Contrato;
- 9.1.31.** Responder por perdas e danos que venham a ser causados ao Contratante e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa dos seus técnicos ou seu preposto, quando ocorrida nas suas dependências, reparando ou indenizando os prejuízos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 9.1.32.** Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente;
- 9.1.33.** Manter um preposto capacitado e aceito pelo Contratante para gerenciar, supervisionar, representá-la técnica e administrativamente ou fornecer informações sobre os serviços, sempre que necessário de forma permanente, durante todo o período de vigência do contrato;
- 9.1.34.** Não atribuir ao Contratante qualquer ônus ou responsabilidade, quer pela via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do presente Contrato;
- 9.1.35.** Manter todos os dados a que tenha acesso em virtude desta contratação de forma segura, com acesso limitado, e somente os consultores, empregados ou agentes da Contratada que necessitarem de tais dados poderão acessá-las, sendo certo que os mesmos deverão concordar em se submeter aos requisitos e obrigações do presente Termo;
- 9.1.36.** Não discutir perante terceiros, divulgar, revelar, ceder a qualquer título, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica dados do Sistema produzidos pelo Contratante e os Conselhos Regionais participantes desta Ata de Registro de Preços;
- 9.1.37 -** responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços de impressão, incluindo a montagem e a entrega, tais como:
- a) salários;
 - b) seguros de acidentes;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vales-refeição;
 - f) vales-transporte; e
 - g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 9.1.38 -**manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 9.1.39 -**manter, ainda, os seus empregados devidamente identificados por crachá quando em trabalho, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;
- 9.1.40 -**manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão nº 03/2023 em compatibilidade com as obrigações assumidas. durante toda a execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE .

- 10.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:
- 10.1.1.** Fazer cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Edital de Licitação e seus anexos;
- 10.1.2.** Administrar, coordenar, orientar, definir e fiscalizar a execução do contrato, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, verificando a conformidade dos serviços prestados com o objeto do Edital de Licitação, anotando em registros próprios as atividades que devem ser corrigidas, sanadas, respondidas, complementadas ou refeitas;
- 10.1.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado pelo Contratante, nos termos do art. 171 da Lei nº 14.133/2021;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

- 10.1.4.** Garantir o pleno cumprimento do contrato, orientando e definindo as atividades pertinentes e necessárias que devem ser realizadas pela Licitante vencedora;
- 10.1.5.** Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 10.1.6.** Comunicar à Contratadas quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);
- 10.1.7.** Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a Contratada executar fora das especificações fornecidas;
- 10.1.8.** Orientar a Licitante vencedora indicando a norma e/ou a legislação técnica aplicável, as normas de conduta praticadas internamente, dirimindo eventuais dúvidas na prestação dos serviços, por intermédio de parecer técnico específico expedido, garantindo o pleno cumprimento deste contrato;
- 10.1.9.** Zelar pelo cumprimento dos padrões definidos entre as partes, determinando à proponente o refazimento dos serviços, tantas vezes quanto necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço contratado;
- 10.1.10.** Receber os serviços prestados pela Licitante vencedora, os respectivos documentos legais e descritivos, identificando a quantidade, a qualidade e as não-conformidades destes com o Edital de Licitação, registrando essas informações em documento apropriado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 10.1.11.** Fiscalizar, realizar testes, inspeções, perícias ou os meios necessários que permitam verificar a qualidade, a confiabilidade, a garantia, a segurança e a fidedignidade dos serviços adquiridos com as exigências e as especificações constantes no Edital de Licitação;
- 10.1.12.** Atestar o recebimento dos serviços adquiridos mediante o aceite formal, encaminhando as notas fiscais/faturas para pagamento no prazo contratado, desde que os serviços atendam os requisitos do Edital de Licitação, conforme aprovação da Fiscalização do Contratante;
- 10.1.13.** Informar à Licitante vencedora o aceite dos serviços adquiridos ou a sua recusa, por escrito, descrevendo os fatos que motivaram a decisão do Gestor do Contrato e as providências a serem tomadas sem ônus para o Contratante;
- 10.1.14.** Notificar a Licitante vencedora quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais por ela firmadas com o Contratante, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas prontamente por ela, quanto à responsabilidade por descumprimento do Contrato e respectivas penalidades, quanto a irregularidades constatadas na prestação dos serviços;
- 10.1.15.** Avaliar os relatórios de entrega, total ou parcial, dos serviços prestados, emitidos pela Licitante vencedora ou, quando houver, os relatórios técnicos que descrevam a implantação, a metodologia, as alterações, as técnicas adotadas, as adequações ou que levantem questionamento técnico, respondendo-os com aceite ou recusa e/ou naquilo que for pertinente;
- 10.1.16.** Reter o pagamento do Contrato, no todo ou em parte, pelo tempo necessário às devidas correções, caso a Licitante não cumpra com qualquer das cláusulas contratuais firmadas ou não atenda as solicitações de garantia, reparo, complementação, assistência técnica ou de refazer, anteriormente notificadas;
- 10.1.17.** Fiscalizar os documentos que comprovem as regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas da Contratada e a qualificação de sua equipe técnica, solicitando os originais quando julgar necessário;
- 10.1.18.** Autorizar formalmente a entrada dos funcionários da Licitante vencedora, devidamente identificados, garantindo a execução plena do objeto do Contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

10.1.19. Providenciar as condições solicitadas pela Licitante vencedora garantindo os meios necessários à boa execução dos serviços, ao êxito dos treinamentos de mão de obra em técnicas específicas, quando contratados, e, conforme conveniência do Contratante, disponibilizar as instalações físicas ou os equipamentos de apoio quando requisitados e não previstos como obrigação daquela no Edital de Licitação;

10.1.20. Respeitar as prestações de serviços que sejam protegidas por legislação específica de autoria intelectual e/ou que sejam concedidos por licenças de uso, séries ou versões, como softwares e similares, utilizando-os nas condições estabelecidas em Contrato e mediante expressa autorização do autor;

10.1.21. Analisar os relatórios, em até 3 (três) dias úteis, após a entrega pela proponente, emitindo parecer informando acerca da aprovação ou reprovação dos serviços apresentados;

10.1.22. Efetuar o pagamento conforme especificado no Edital de Licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

11.1 - À CONTRATADA caberá, ainda:

11.1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

11.1.2 - assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da produção dos carnês em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

11.1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à confecção dos Carnês, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e

11.1.4 assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Pregão nº 03/2023.

11.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.

12.1. É expressamente proibido à CONTRATADA, durante o prazo de execução dos serviços, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE.

12.2. A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

12.3. É admitida a subcontratação de outra empresa para os serviços complementares e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

adjacentes ao objeto deste Contrato, porém, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE.

13.1 – A CONTRATADA se obriga a manter a confidencialidade dos dados variáveis que lhe forem entregues, responsabilizando-se pelos seus funcionários, prestadores de serviços ou terceiros envolvidos na Contratação e que tenham acesso aos Dados.

13.2 – Os Dados serão entregues com ciframento/Código do Contratado para identificação da utilização indevida.

13.3 – A CONTRATADA se obriga a manter a segurança os dados até a sua eliminação, que deverá ocorrer após a impressão dos Carnês. Devendo o CONTRATADO emitir declaração deste ato.

13.4 – A CONTRATADA se obriga a assinar o Termo de Confidencialidade, conforme Modelo constante do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

14.1. Durante a vigência do Contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada por Servidor designado pelo Contratante.

14.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Servidor deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

14.3. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração do Contratante, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES.

15.1 A inexecução, total ou parcial, do objeto do presente contrato, poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contato, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato;

15.1.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União (letra "h" Item 12.2 (do Edital), descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.2. As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

15.3. O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será retido do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do CRMV-MG. Em não havendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

retenção de pagamento, será emitida Guia de Recolhimento para o respectivo pagamento, por parte da empresa.

15.5. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

15.6. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica deste Autarquia.

15.7. A contratada sujeita às penalidades estipuladas nesta cláusula, só deixará de tê-las aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante.

15.5. Com fundamento no art. 155 da Lei 14.133/2021, ficará sujeita às sanções previstas neste instrumento de Contrato a licitante e a adjudicatária que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.7. Das decisões de aplicação de sanções previstas nesta cláusula caberá recurso, ao Presidente do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

16.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO.

17.1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

17.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor ora contratado; e

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO.

18.1. Constituirão motivos para a extinção deste Contrato aqueles previstos no art. 137 da Lei 14.133/2021.

18.1.1. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.1.2. A extinção deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

18.2. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INTEGRALIDADE E DO COMPLIANCE.

19.1 As PARTES declaram conduzir suas atividades de forma ética e em estrito cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades.

19.2 Em consonância com o quanto disposto na subcláusula acima, cada PARTE declara e garante por si, por seus sócios, administradores, empregados, representantes e contratados (em conjunto os “Colaboradores” e isoladamente “Colaborador”) que, na condução de seus negócios:

- a) Segue estritamente todas as leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades;
- b) Não financia, custeia, patrocina ou de qualquer modo subvenciona a prática de atos ilícitos;
- c) Não promete, oferece ou dá, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- d) Não viola qualquer controle interno de contabilidade, não falsifica qualquer livro ou registro contábil e não possui qualquer fundo ou ativo que não esteja devidamente registrado em seus livros e registros contábeis;
- e) Não aloca, para a execução do objeto deste Acordo, Colaborador que tenha parentesco até o 2º (segundo) grau ou negócios de qualquer natureza com agente público ou a terceiro a ele relacionado, que possa influenciar na obtenção de vantagens indevidas ao objeto deste



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Acordo;

f) Não pratica atividades que violam as Leis Anticorrupção e de Combate à Lavagem de Dinheiro, especialmente as Leis Federais nº 12.846/13 e nº 9.613/98;

g) Até onde é de seu conhecimento, nenhuma das partes, nem nenhum de seus Colaboradores, estão sendo investigados por qualquer autoridade ou órgão público, e não há qualquer processo administrativo ou judicial em curso contra ela e/ou qualquer de seus Colaboradores, cujo objeto seja o descumprimento de Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA NÃO VINCULAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

20.1 O presente contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**, tampouco entre empregados do **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, nem se estabelecerá entre as partes qualquer forma de associação, solidariedade, subsidiariedade ou vínculo societário, competindo, portanto, a cada uma delas, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais e tributárias, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO CONTRATUAL.

21.1 Pela **CONTRATANTE** figurará como Fiscal deste Contrato o Sr. Joaquim Paranhos Amancio – Superintendente Executivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 As Partes decidiram de comum acordo que a assinatura do presente contrato poderá ser realizada mediante plataforma de assinatura eletrônica e/ou mediante a utilização de certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, §2º da Medida Provisória nº 2.220-2/2001.

22.2 As Partes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica deste Contrato, de tal forma que, uma vez assinado eletronicamente, o presente instrumento produzirá todos os seus efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

23.1. Este Contrato fica vinculado ao Edital e aos Anexos do Pregão Eletrônico nº 09/2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO.

As partes signatárias deste Contrato elegem, de comum acordo, o foro da Justiça Federal de Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para dirimir questões que porventura venham a surgir durante a vigência deste instrumento, renunciando, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas as partes assinam o presente Contrato, diante das testemunhas abaixo, em 2(duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos. Belo Horizonte, xxx de xxxxxxx de 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

Pelo CONTRATANTE:

Méd. Vet. **BRUNO DIVINO ROCHA**

Pela CONTRATADA:

Testemunhas:

CPF xxxxxxxxxxxx
Rua Platina, 189 – Bairro
BELO HORIZONTE – MG

CPF xxxxxxxxxxxx
Rua Platina, 189 – Bairro
BELO HORIZONTE - MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG), CNPJ 16.539.173/0001-12, com sede na Rua Platina, 189 – Bairro Prado, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Presidente, Méd. Vet. Nivaldo da Silva, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxx, nos termos do art. 11, alínea “b”, da Resolução CFMV nº 342/2011, considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023 e nas demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023, referente ao Processo Administrativo nº/....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS do objeto especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, tendo sido, referidos preços, ofertados pelo fornecedor abaixo identificado, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, para o Lote Único do certame licitatório em referência no preâmbulo deste Instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - O objeto desta Ata de Registro de Preços - ARP é o registro de preços para eventual contratação de prestação de serviços de auditoria de eleição a ser realizada via internet, incluindo-se a auditoria de procedimentos administrativos envolvidos na eleição e a auditoria informática que envolverá a análise em códigos de aplicação; validação e teste dos algoritmos criptográficos e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; análise de funcionamento sistêmico (sigilo, efetividade de escolha); garantias ao eleitor de que o voto é secreto; garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido; testes de performance e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

stress de sistema, validação e testes do ambiente de produção e testes de intrusão na aplicação Web Eleitoral; e realização de prova de conceito de soluções propostas de licitantes do sistema eleitoral eletrônico, com os seguintes valores:

Nº do Item	Descrição do Item	Preço Total
01	Serviços de Auditoria para sistema de eleição eletrônica via rede de computadores	
02	Prova de conceito excedente	

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ _____ (_____)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO DE RESERVA.

2.1 - Ficam registrados ainda neste instrumento, nos termos do artigo 82 da Lei 14.133/2021 os fornecedores abaixo elencados, que aceitaram cotar o fornecimento dos bens com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação nos itens respectivos, classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, para efeito de CADASTRO DE RESERVA, no caso de exclusão do primeiro colocado desta Ata:

2.2 - A existência de preços registrados não obriga o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurando preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2.3 - A partir da assinatura da ARP o fornecedor se obriga a atender aos pedidos de fornecimento do Gerenciador e ao cumprimento de todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimentos das cláusulas deste instrumento.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES.

3.1 - O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais CRMV-MG é o órgão gerenciador, cabendo-lhe o controle e administração deste registro de preços, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei 14.133/2021.

3.2 – Figuram como órgãos participantes desta ata os a seguir listados

Órgãos	CNPJ
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia	40.514.168/0001-30
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso do Sul	03.981.172/0001-81
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí	07.083.538/0001-56

3.3 – Poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços todos os Órgãos integrantes do Sistema Conselho Federal/Conselho Regional de Medicina Veterinária, que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta e anuência do Gerenciador, que indicará os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

3.3.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.6 - Aos órgãos participantes e não participante que aderirem à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE.

4.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir do dia ____/____/2023, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DA ARP.

5.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar se os preços registrados nesta Ata permanecem vantajosos.

5.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o Gerenciador deverá: a) Convocar os fornecedores visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; a1) Se a negociação restar frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, nos termos da alínea d, do art. 124 da Lei 14.133/2021, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

a1) Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

5.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS.

6.1 - Os preços permanecerão fixos e irremovíveis, durante a vigência da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES.

7.1 - As contratações decorrentes deste instrumento, observada classificação do fornecedor segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação respectiva, serão formalizadas por intermédio do contrato.

7.2 - As condições a serem praticadas nas futuras contratações serão as constantes do edital do pregão eletrônico referido no preâmbulo deste instrumento e seus anexos e da proposta apresentada no referido certame, que integram este instrumento independentemente de transcrição.

7.3 - O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando:

8.1.1. Descumprir as condições da ARP;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente (contrato) no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior ao praticado no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021;

8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.2.1. Por razão de interesse público; ou

8.2.2. A pedido do fornecedor.

8.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO.

9.1 - A presente ARP será publicada no DOU para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS.

10.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO.

As partes signatárias deste Contrato elegem, de comum acordo, o foro da Justiça Federal de Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para dirimir questões que porventura venham a surgir durante a vigência deste instrumento, renunciando, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas as partes assinam o presente Contrato, diante das testemunhas abaixo, em 2(duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos. Belo Horizonte, xxx de xxxxxxx de 2023.

Pelo FORNECEDOR.

Pelo GERENCIADOR:
Méd. Vet. **BRUNO DIVINO ROCHA**
Pela CONTRATADA:

Testemunhas:

CPF xxxxxxxxxxxx
Rua Platina, 189 – Bairro
BELO HORIZONTE – MG

CPF xxxxxxxxxxxx
Rua Platina, 189 – Bairro
BELO HORIZONTE - MG